

ANC #1

8861 135 6

-2 SET 1989

GAZETA MERCANTIL

Constituinte aprova anistia às empresas

por Adriana Vera e Silva de Brasília

A Assembléia Nacional Constituinte prolongou sua sessão até a madrugada de hoje, na tentativa de concluir as votações do segundo turno, iniciado há 45 dias. Um dos temas mais polêmicos do projeto, a anistia à correção monetária para as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, foi mantido pelo plenário.

Pelo texto aprovado, terão direito ao benefício os micro e pequenos empresários urbanos e micro, pequenos e médios produtores rurais que contraíram dívidas com bancos ou instituições financeiras entre 28 de fevereiro de 1986 e 31 de dezembro de 1987. A medida atingirá apenas os financiamentos até 5 mil OTN e os produtores que não possuam mais de cinco módulos rurais, desde que comprovem terem usado os recursos adequadamente.

No Congresso, os constituintes Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Ziza Valada-

res (PSDB-MG) e Humberto Souto (PFL-MG) — autores da emenda — festejavam a vitória, conforme relatou o repórter João Alexandre Lombardo, mas no Ministério da Fazenda o resultado foi recebido com uma lacônica reação do ministro Mailson Ferreira da Nóbrega: "Sem comentários", afirmou o ministro à editora Cláudia Safatle. Segundo o diretor de controle do Banco do Brasil, Cláudio Dantas, os produtores beneficiados pela medida não deverão receber da rede oficial de crédito empréstimos de custeio para a safra 1988/89.

Derrotado na anistia creditícia e com a anistia fiscal rejeitada, o governo obteve pelo menos uma vitória no último dia de votações na Constituinte: a aprovação de um dispositivo abrindo um prazo de 180 dias, a partir da promulgação da nova Carta, para que o Congresso Nacional aprecie os decretos-leis editados até hoje. Conforme conta o repórter Marcos Magalhães, o governo terá até o fim de maio de

1989 para negociar com os parlamentares a aprovação desses decretos-leis que, pelo texto anterior, seriam automaticamente rejeitados com a promulgação da Constituição, prevista para o próximo dia 23.

"Euserei o mais dedicado servidor da Constituição", anunciou em Santos o presidente José Sarney, ao presenciar o embarque da milionésima tonelada de suco de laranja concentrado para o exterior, segundo relato do repórter Amaury Teixeira. "Chegamos ao fim da Assembléia Nacional Constituinte e estamos terminando um período da transição democrática, chegando à fundação da moderna democracia brasileira", acrescentou Sarney.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, está vendo com certa preocupação o término dos trabalhos, informa a repórter Míriam Lombardo. O ministro garante que sua Corte estará preparada para receber um aumento no volume de trabalho, resultado da elaboração das constituições estaduais e da adaptação de muitos órgãos governamentais aos novos dispositivos constitucionais.

Alguns dos demais pontos aprovados, ontem, pela Constituinte:

• Incidência do Imposto de Renda sobre a remuneração total de parlamentares, juizes e militares.

• Estabilidade dos funcionários públicos com cinco anos de trabalho ininterruptos.

• Licença-paternidade de cinco dias até que a Lei regulamente o prazo.

• Prazo de quatro anos para que as mineradoras estrangeiras se transformem em empresas brasileiras de capital nacional.

• Proibição para a reeleição da Mesa da Câmara, incluindo seu presidente, deputado Ulysses Guimarães.

• Incidência de correção monetária nos débitos das instituições em liquidação ou falência, retroativa para casos não liquidados até 1º de janeiro de 1988.

Até a 1h30 da madrugada de hoje a Constituinte votava o último artigo para definir critérios para a eleição do governador de Brasília.

(Ver página 7)